



ARTIGO ARTICLE

O medo na imprensa: Como o jornalismo ajudou a justificar ações violentas do Estado nas favelas do Rio

Miedo en la prensa: Cómo el periodismo ayudó a justificar acciones violentas del Estado en las favelas de Río

Fear in the Press: How Journalism Helped to Justify Violent State Actions in Rio's favelas

■ Antonio Carlos Ferreira Vianna

e-mail: antoniofvianna@gmail.com

■ Carla Baiense Félix

e-mail: carlabaiense@id.uff.br

Palavras-chave: medo, jornalismo, punitivismo, violência, cotidiano

Palabras-clave: miedo, periodismo, punitividad, violencia, a diário

Keywords: fear, journalism, punitivism, violence, daily

Resumo

Este artigo discute o papel do jornalismo na construção do medo como força motriz da ordem e justificativa para ações violentas do Estado em territórios de favelas no Rio de Janeiro. A partir de uma revisão bibliográfica sobre imprensa e crime e da análise de um conjunto de reportagens publicadas no jornal *O Globo*, busca-se identificar como são tematizadas as reportagens sobre eventos violentos ocorridos em favelas e quais são os principais elementos nessas matérias que conformam o medo como uma experiência cotidiana da cidade, reforçando a necessidade de uma resposta ativa das forças de segurança pública nesses territórios para conter os riscos a que a audiência está exposta (Vaz, 2012).

Abstract

This article discusses the role of journalism in the construction of fear as the driving force of order and justification for violent actions by the State in favelas in Rio de Janeiro. Based on a bibliographical review on the press and crime and on the analysis of a set of reports published in newspaper *O Globo*, it seeks to identify how the reports on violent events that occurred in favelas are thematized and what are the main elements in these articles that shape fear as an everyday experience in the city, reinforcing the need for an active response by the public security forces in these territories to contain the risks to which the audience is exposed (Vaz, 2012).

Introdução

A imagem de combatentes do Exército pulando de um caminhão em cima de um carro sem o vidro traseiro, publicada pelo jornal *O Globo*, em 11 de março de 2006, parecia uma cena de guerra. Na calçada, com seus capacetes e coturnos, outros militares iniciavam a formação de uma fila, empunhando fuzis ao lado de mulheres que andavam de mãos dadas com crianças, ou com bebês no colo. A representação bélica, reforçada pelo título da reportagem “A Batalha da Providência” (Berta *et al.*, 11/03/2006, p. 12), não é exceção na imprensa carioca, que transformou a cena cotidiana da cidade em um estágio permanente de tensão. A política do medo passou a preponderar nas matérias desde os anos 1990, quando a relação entre cultura e sofrimento levou o foco da imprensa para a exposição do tormento de pessoas comuns, ancorada em um discurso que afirmava a possibilidade de cada leitor ser afetado por um acontecimento violento, que poderia ter sido evitado (Vaz *et al.*, 2012, p. 27).

No cenário internacional, a estrutura das notícias sobre crimes começou a se transformar em meados do século XX. Para o criminologista John Pratt (2008), a desregulamentação da mídia e o crescimento dos tabloides representaram o momento em que a imprensa passou a dar menos ênfase à função do jornalismo de atender ao interesse público. Em vez disso, o objetivo das matérias passou a ser a competição em relação aos seus concorrentes. Com isso, as notícias que se concentram em temas relacionados a crimes e punição passaram a ser vistas como uma oportunidade de produção de conteúdo com capacidade para excitar, entreter, chocar ou assustar, gerando maiores audiências. Além disso, para tornar o material mais atraente e digerível para o público, as vozes das vítimas, ou de seus representantes, passaram a ser vistas como as expressões mais autênticas do conhecimento do crime (Pratt, 2008, p. 368).

Nesse contexto, segundo Pratt (2008), cada vítima de assassinato, cada agressão sexual e cada episódio de violência passou a ter o potencial de se tornar um escândalo. Com isso, as notícias se tornaram mais um indicador que reforça a vulnerabilidade do público em relação às práticas criminosas e à incapacidade da estrutura do poder penal existente para reduzir esses riscos.

No Brasil, a partir da década de 1990, ocorreu uma mudança em relação à representação do criminoso, que deixou de ser visto como vítima de um sistema injusto, e sem oportunidades, passando a ser responsabilizado pelas situações de risco que os outros sujeitos seriam obrigados a enfrentar. Na imprensa do Rio de Janeiro, a cidade passou a ser enxergada como um local permeado por áreas de risco – territórios favelados e seus entornos – em que indivíduos podem ser afetados por sequestros-relâmpago, assaltos em série (os arrastões), balas-perdidas ou trocas de tiros a qualquer momento: “Essas duas posições subjetivas – a da vítima potencial ou virtual – e da cidade dividida em áreas de riscos, que emergem das narrativas de crimes envolvendo a favela, passam a pautar também as ações do Estado” (Felix, 2012, p. 146).

O Estado, por sua vez, é impelido pelo discurso jornalístico a tomar providências para conter os riscos provocados pelos criminosos descritos em suas narrativas:

É óbvio que nada disso se deu apenas no nível retórico. As disputas de território entre traficantes e a ação violenta do Estado na captura e extermínio dos principais líderes do tráfico efetivamente transformaram a vida de milhares de moradores da cidade, principalmente os das favelas. Mas o que quero argumentar é que não se pode isolar a violência do tráfico da sua representação midiática, nem tão pouco se pode atribuir a violência do noticiário a uma tentativa objetiva de retratar a violência do cotidiano. As relações entre uma e outra têm um vínculo estreito e indissolúvel (Felix, 2012, p. 146).

A audiência, por outro lado, integra uma parcela da sociedade que tem suas relações cotidianas permeadas pelos efeitos da acumulação social da violência e, em razão disso, tende a generalizar as concepções de vitimização. A contrapartida dessa sensação de vulnerabilidade, argumenta Misse (1999), é a mobilização da opinião pública no sentido de demandar soluções no nível jurídico e policial:

Um dos efeitos perversos do que é percebido como uma acumulação social da violência é a generalização de auto-concepções de vitimização, a partir das quais nos sentimos vítimas potenciais de uma violência difusa, de um mal-estar geral, de uma sensação de desordem e caos. A sua contraparte preventiva é a ativação dos mecanismos acusatoriais, o crescimento das demandas de incriminação e de autoridade (Misse, 1999, pp. 41-42).

Na medida em que as demandas por punitividade se elevaram, as narrativas jornalísticas e as ações do Estado também foram se transformando. Com isso, as notícias passaram a descrever e justificar outra postura do Estado em relação àqueles que cometem certos tipos de crimes, com prioridade para o tráfico de drogas de varejo nas favelas do Rio de Janeiro. Conforme Felix (2012, p. 146), “os anos 2000 registraram índices alarmantes de autos de resistência, mortes ‘em combate’, e se caracterizam como um período em que os favelados encontraram maior dificuldade em manter suas rotinas”.

Este artigo discute o papel do jornalismo na construção do medo como força motriz da ordem, a partir de uma revisão bibliográfica sobre a relação entre imprensa e crime e da análise de um conjunto de reportagens sobre o tráfico de drogas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. A amostra foi selecionada a partir de um *corpus* mais amplo de 4 mil reportagens coletadas nas pesquisas realizadas para a produção das teses dos autores. Esse *corpus* abarca notícias sobre favelas n’O *Globo* e no *Jornal do Brasil*, dos anos 1980 até 2010 (Felix, 2012), e sobre traficantes n’O *Globo*, de 2011 a 2022 (Vianna, 2023).

Desse total, aproximadamente mil matérias publicadas n’O *Globo* foram analisadas para ancorar as ideias argumentadas neste artigo.

A construção da memória do medo nos jornais

No estágio atual da modernidade, em que o Estado passou a operar em uma lógica mercadológica, as instituições políticas passaram a ser vistas como incapazes de solucionar os problemas sociais. Os indivíduos fragmentados deveriam, então, “buscar sofregamente a realização de seus feitos e de seus empreendimentos, numa intensidade e abrangência até então desconhecidas” (Birman, 2010, p. 36).

Os sujeitos contemporâneos são estimulados a uma competição permanente, mensurada pelo nível de consumo de cada um. Nessa configuração, os cidadãos se encontram em uma disputa constante, em que precisam investir todas as suas energias em sua própria capacidade individual, tendo como objetivo exibi-la para outros sujeitos. “Seria preciso, então, que o indivíduo apostasse efetivamente todas as fichas nele próprio, promovendo sempre a si mesmo como valor, e às expensas do outro, na roleta rivalitária em que se transmudou o espaço social transformado em mercado” (Birman, 2010, p. 38).

Essa noção, entretanto, não retira totalmente a responsabilidade do Estado de prover as realizações pessoais dos indivíduos, uma vez que não exclui o ônus de ter que impedir e combater todos aqueles que forem apresentados como capazes de dificultar ou evitar a busca pela felicidade dos sujeitos. Transformado em mercado, o Estado passaria a fornecer garantias individuais numa relação de fornecedor para cliente, enquanto as narrativas jornalísticas passariam a exigir dele que sua audiência fosse protegida dos perfis sociais capazes de impedir a busca pela felicidade do “cidadão de bem”.

A partir dessa lógica, todo sofrimento poderia ser evitado. Ao tomar conhecimento de um episódio de violência, o sujeito hedonista dos grandes centros cosmopolitas criará afinidade com as vítimas representadas nessas ações, pela possibilidade de ser afetado pelo mesmo episódio violento que o Estado não consegue impedir (Vaz, 2009). Esse é o modelo de narrativa que passará a preponderar na imprensa carioca a partir dos anos 1990. Cria-se um distanciamento cada vez maior entre o leitor e o criminoso, enquanto as conexões entre uma estrutura social perversa e as práticas criminosas vão desaparecendo das narrativas:

Já não se justificava o expediente ao crime como recurso do indivíduo em privação diante de uma sociedade incapaz de oferecer as mesmas oportunidades a todos. Ao contrário, se interpretava o aumento da criminalidade como consequência da incapacidade do Estado em estabelecer controles, através de uma gestão eficiente dos sistemas penal e judiciário (Felix, 2012, p. 89).

Nesse contexto, o criminoso passa a ser visto como inimigo de um Estado que deveria retomar os “territórios sitiados”, libertar a população e reestabelecer a ordem de uma localidade que estaria em guerra (Felix, 2012, p. 89), enquanto a audiência é colocada na condição de vítima por essas narrativas. As vítimas dos crimes, ou seus representantes, reivindicam assim um novo tipo de autenticidade. Segundo Pratt (2008), a vitimização foi capaz de unir duas características diferentes na arena social, política e cultural a partir da década de 1970. Para o autor, o sentimento geral de vulnerabilidade é agora experimentado

na vida cotidiana e a demanda por reconhecimento e estima, por meio de uma série de movimentos sociais não específicos, oferece novas oportunidades de unidade e solidez à medida que as lealdades de classe diminuam.

O processo de vitimização se mostrou uma tendência mundial, independente das taxas de crimes violentos. Em seu estudo na Austrália e na Nova Zelândia, Pratt (2008) revelou que, a partir dos anos 1990, as experiências pessoais das vítimas de crimes passaram a ter mais autoridade do que as próprias estatísticas, que apontavam para uma tendência de queda nos índices. Esse fenômeno da vitimização também se expandiu no Rio de Janeiro, principalmente a partir dos anos 2000: “O jornal passa a multiplicar as declarações das vítimas e de seus parentes e amigos. Sua dor e revolta têm que ser compartilhadas e passam a ser representativas da experiência de todos os leitores” (Vaz *et al.*, 2006, p. 78).

Se antes a culpa recaía sobre a falta de ações que modificassem a situação de pobreza, fome, falta de educação e moradia, entre outros problemas sociais, a questão agora é que a falta de uma ação imediata sinaliza um potencial aumento dos riscos, pois o evento violento pode acontecer com qualquer pessoa e a qualquer momento:

As narrativas de medo são, tipicamente, construídas a partir da exposição do sofrimento de estranhos no espaço público. E essas narrativas têm a peculiaridade de promover a identificação, por aproximar da audiência a possibilidade de acontecer com ela o que aconteceu com o sofredor (Vaz *et al.*, 2012, p. 27).

O risco passa a nortear as notícias cotidianas sobre crimes a partir do pressuposto de que a vítima, que sofreu a ação violenta, foi atingida aleatoriamente e que o evento tem alta probabilidade de se repetir. Para Letícia Matheus (2011), uma das características mais marcantes do jornalismo, quando se trata de reportagens policiais, é que o enredo da notícia transcende a história descrita. “Isso não quer dizer que as histórias sejam atemporais, mas sim que criam entre si a impressão de um fluxo do sensacional (Barbosa, 2005). Nesse fluxo, o medo ocupa lugar fundamental” (Matheus, 2011, p. 18).

Em outras palavras, a audiência do jornal e as notícias sobre violência estabelecem uma relação baseada no elo de continuidade narrativo dessas reportagens, inseridas no âmbito de um imaginário¹ urbano já consolidado. Entre os principais aspectos do jornalismo que ancoram esse fluxo, o sensacionalismo e a memória do medo são os que recebem maior destaque da autora.

O medo é construído a partir de uma “aura de perversidade” que costuma ser atribuída aos criminosos nas reportagens. Na maioria dos casos, a figura do “mal” geralmente aparece de modo abstrato e difuso, representada por termos como “ladrões”, “vagabundos” e “traficantes”, entre outros, além de expressões que reforçam o risco da audiência: “bala perdida”, “tiroteio”, “confronto”, “batalha”, “arrastão” e “guerra do tráfico”.

¹ A noção de imaginário, que Matheus (2011) aborda nesse contexto, é definida pela historiadora francesa Évelyne Patlagean como o “conjunto de representações que ultrapassam o limite dos fatos comprováveis pela experimentação e pelos encadeamentos dedutivos que esta autoriza” (Patlagean *apud* Le Goff, 1990).

Nessas reportagens, “crime”, “tráfico”, “ameaças” são sujeitos que praticam ações. O fato de o *mal* não ser personificado rapidamente em atores concretos leva essas narrativas a encenar universos ainda mais fantásticos, potencializando a (...) difusão do pavor” (Matheus, 2011, p. 39, *grifo no original*).

Isso significa dizer que, apesar de haver propriedades informativas nas notícias, o “fantástico” e o “sensacional” não são antagônicos ao jornalismo, mas dois de seus eixos principais. O medo, por sua vez, pode ser usado como importante instrumento de interpretação e intervenção histórica:

Olhar para o que as pessoas temem em um determinado momento e lugar ajuda a entender o que elas vivem. Na disputa pelas interpretações dos sentimentos sentidos coletivamente, os medos configurados nas notícias são fundamentais para ler os diálogos que se estabelecem entre as pessoas e seu tempo histórico (Matheus, 2011, p. 45).

Já a memória do medo se constitui por vínculos mnemônicos que se encontram no fluxo noticioso e asseguram a sensação de continuidade dos acontecimentos, com a retomada de casos em que ocorreram experiências violentas semelhantes e a projeção da possibilidade de outros episódios similares acontecerem. De acordo com Matheus (2011), configura-se assim a intriga maior da violência: a lentidão da ordem contra a velocidade do crime, o que também é fundamental para construir esses vínculos memoráveis.

Além disso, é importante ressaltar que nessas narrativas - conceituadas pela autora como “narrativas do medo” -, o futuro aparece frequentemente sob ameaça: “O *Globo* também apontou para uma interrupção do fluxo do tempo, interrompendo o futuro, seja das duas vítimas, seja da cidade, seja de outras famílias em perspectiva” (Matheus, 2011, p. 91).

A partir disso, há uma proliferação do pânico, por meio desse “fluxo do sensacional”, por uma espécie de contaminação de espaço e tempo do caos e da desordem:

O compartilhamento dessa memória do medo por meio do jornal fornece, em primeiro lugar, a certeza de que se vive aquela situação, como se a memória de um sujeito confirmasse a memória do outro pelo fato de estarem experimentando as mesmas narrativas e compartilhando a mesma temporalidade através dessa memória artificial (Halbwachs, 1990). Assim, o fluxo do sensacional parece proliferar o medo, como uma espécie de disseminação espacial e temporal da percepção de fragilidade. Antes de se espalhar pela cidade, a violência se espalha no imaginário (Matheus, 2011, p. 92).

A memória do medo pode ser sintetizada, então, como uma memória coletiva que proporciona sentimentos de pertencimento, fronteiras sociais, referências e interpretações de mundo. Ela mantém a coesão interna do grupo e defende o que para ele é importante. No caso d’*O Globo*, é evidente o quadro de referências em que a memória se apoia ou confronta. O medo, por sua vez, serve como mecanismo de defesa de um grupo: “Não o medo supostamente imposto às classes subalternas para melhor controlá-las, mas o medo construído para si próprio, para ter o direito ao lugar de vítima” (Matheus, 2011, p. 92).

É possível deduzir que se o evento violento deve se repetir e não há nenhuma ação do Estado no sentido de evitá-lo, o episódio narrado não será tratado como uma excepcionalidade, mas como um risco previsível. Assim, a concepção do risco faz com que os episódios relatados nas narrativas jornalísticas generalizem a sensação de vulnerabilidade dos sujeitos, que tenderão a se preocupar, cada vez mais, com a violência.

Nesse contexto, a sociedade atual se concentraria em antecipar informações sobre o futuro para tentar obter o destino que se deseja. Além disso, deveria esperar do Estado ações preventivas, com urgência, para que não seja interrompido o projeto individual de busca pelo destino ideal. Cria-se, com isso, um cenário favorável para políticos que apresentam soluções punitivistas, simplistas e instantâneas para angariar votos de uma população que vive sob uma espécie de síndrome do pânico (Vianna, 2023, p. 19).

Ter conhecimento sobre os riscos possíveis significaria poder delimitar aquilo que as pessoas podem ou devem fazer, ao mesmo tempo que seria “imposto” ao indivíduo seu “direito” de ser feliz. Com isso, quando os indivíduos entram em contato com notícias sobre crimes, por meio dos relatos jornalísticos, são levados a pressupor que as instituições governamentais não são capazes de impedir a repetição dos episódios relatados nas narrativas, e isso os colocaria em situação de risco iminente, tornando-os vítimas virtuais do mesmo agressor (Vaz, 2009).

As vítimas virtuais enxergam o criminoso como aquele que ultrapassa os limites do risco em que ele próprio se coloca e põe em risco outros indivíduos que se sentem ameaçados de não conseguirem atingir a felicidade ampla e irrestrita, pela mera possibilidade de serem atingidos, ainda que provisoriamente, por um episódio violento. São indivíduos que vivenciam indiretamente os efeitos do crime assim que tomam conhecimento dele por meio dos discursos jornalísticos (Vaz, 2009).

Birman (2010) ressalta que o projeto de promoção de si, que ele chama de “imperativo de felicidade”, passou a ser pleiteado quase como um sinônimo de cidadania. Com isso, o indivíduo que não consegue atingir seus objetivos passa a se sentir vítima de uma injustiça social:

A vitimização, inclusive nos seus desdobramentos jurídicos (Eliacheff e Soulez, 2007), se transformou numa das marcas da sociedade contemporânea, isto é, numa modalidade fundamental de subjetivação (Foucault, 1976a) nela presente. Vale dizer, a disseminação do ressentimento e da vitimização na atualidade, que se constituíram como discursos e forjaram até mesmo diferentes ideologias para as suas causas, delineia a outra cena do imperativo à felicidade, revelando então sua dimensão ao mesmo tempo torpe, (...) e cruel (Birman, 2010, p. 28).

Além disso, cabe constatar que, até os anos 1980, enquanto a vítima era o criminoso, o discurso aproximava esse desviante do leitor, por meio de narrativas que atribuíam características que humanizavam o delinquente, em vez de tratá-lo como um monstro. “Na atualidade, ao contrário, quase sempre são referidos como agentes genéricos (...) e seus atos, ao invés de justificativas, são marcados por um desrespeito pela vida humana que os torna ainda mais incompreensíveis e condenáveis.” (Vaz et al., 2012, p. 38).

A partir daí, podemos antecipar a forma com que o sofrimento do crime aparecerá na mídia. Em primeiro lugar, as explicações por anomia tendem a ser desqualificadas; durante as campanhas eleitorais, políticos dizem que não se deve confundir a dignidade do pobre com a patologia do criminoso. Segundo, os 'crimes passionais' tendem a desaparecer das páginas e telas, com o espaço e o tempo sendo ocupados por crimes ocorridos no espaço público e com seleção aleatória de vítimas, isto é, crimes que generalizam a possibilidade de vitimização. Terceiro, o nexo entre audiência e o criminoso é rompido (Vaz *et al.*, 2006, p. 75).

Fuzis, minas terrestres e explosivos no cotidiano do Rio

Para coletar as reportagens analisadas nesta pesquisa foi realizada uma seleção aleatória de datas, por meio de sorteio, com o objetivo de examinar o cotidiano abordado pelas narrativas jornalísticas no jornal *O Globo*, sem um olhar voltado especificamente para eventos que se tornaram emblemáticos para os moradores do Rio de Janeiro. O veículo escolhido se justifica pela importância que ocupa entre os chamados *quality papers* do Rio de Janeiro, sendo atualmente o mais longo jornal impresso do estado, em circulação desde 1925.

Na pesquisa de Felix (2012), realizada entre 2008 e 2012, foram sorteadas semanas compostas completas (de segunda a domingo), em diferentes anos, ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, até 2010, resultando em uma amostra de aproximadamente 2 mil reportagens. Os textos foram obtidos a partir de pesquisas em diferentes suportes: originais impressos, cópias microfilmadas, arquivos de jornais digitais e bancos de dados on-line. Nessa coleta, foram usados como palavras-chave os termos "favela", "favelado" e seus correlatos.

Já na tese de Vianna (2023), baseada em pesquisa realizada entre 2019 e 2023, a palavra "traficante" foi inserida no sistema de busca do *Acervo Digital* do jornal *O Globo*, sendo realizados, posteriormente, sorteios entre as páginas em que foram encontrados o termo "traficante" e seus correlatos. Nesse caso, foram realizados três sorteios para se obter cada reportagem analisada (ano, mês e página dentro daquele mês), ao longo das edições publicadas entre 2011 e 2022. A amostra encontrada foi de cerca de 500 notícias, todas lidas digitalmente, no portal eletrônico do jornal.

O material selecionado para análise neste artigo representa uma parte ínfima do *corpus* coletado, mas dá a medida de como se constrói, nas narrativas jornalísticas, a política do medo como estratégia de controle de uma audiência instada a ocupar o lugar de refém do crime. A partir da observação dos textos, buscamos identificar os principais elementos a partir dos quais essas narrativas são construídas.

Assim como a matéria citada na introdução, a representação do cotidiano do Rio de Janeiro nas matérias d'*O Globo* nas últimas quatro décadas sobre traficantes seguiu o mesmo padrão de provocar pânico na audiência. Cabe dizer que, na amostra selecionada a partir da palavra traficante, foram encontradas seis tematizações majoritárias, que nos ajudam a compreender essas narrativas: 1) pessoas colocadas em risco; 2) a audácia dos traficantes, que pode abalar a estrutura de poder do Estado; 3) defesa do punitivismo penal; 4) benefícios das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs); 5) diferenciação entre usuários (consumidores) e traficantes (monstruosos); e 6) grandes caçadas a traficantes.

Além dos dois elementos já identificados pela pesquisadora Matheus (2011) — a “aura de perversidade” atribuída aos criminosos e a constante ameaça ao futuro — identificamos três outros elementos constituintes das narrativas sobre o medo do crime nas reportagens coletadas: o poder bélico dos traficantes, o tráfico como principal fonte de risco para a segurança pública e a incapacidade do Estado em combater esses crimes.

Na edição de 20 de junho de 2010, a matéria “Investigações do serviço de inteligência das polícias Civil e Militar estimam que haja mais de mil fuzis nas mãos de traficantes entre os Complexos do Alemão e da Penha” (Costa, 20/06/2010, p. 17) apresenta um dos principais elementos mobilizados pelas reportagens na produção do medo: o alto poder bélico dos criminosos. A menção frequente a armamentos de guerra revela a vulnerabilidade da audiência diante da ameaça dos traficantes. Outra reportagem coletada na mesma década reforça a utilização desse recurso: “O Globo descobriu o roubo em Deodoro e o envolvimento de traficantes no crime ao fazer o rastreamento de explosivos” (Werneck, 13/11/2015, p. 10).

No trecho de uma reportagem publicada já no final da década, o autor utiliza uma comparação para explicar ao leitor o poder dos armamentos disponíveis nas mãos de traficantes na favela, já que poucas pessoas poderiam compreender, por si só, o que representa uma arma .50: “um vídeo gravado no réveillon e divulgado nas redes sociais mostra um traficante do Complexo do Alemão fazendo disparos com um fuzil .50, armamento de guerra capaz de derrubar aeronaves” (Marinatto *et al.*, 04/01/2018, p. 10, grifo nosso).

A metáfora da guerra (Felix, 2012), ancorada em dados sobre uso de armamento e enfrentamentos espetaculares entre policiais e traficantes, permeia reportagens sobre favelas do Rio de Janeiro desde os anos 1990, mantendo-se presente ainda hoje nesse tipo de cobertura. Sua utilização reforça o aspecto espetacular dos confrontos entre policiais e traficantes e demarca a diferença entre os dois lados do combate.

Outro elemento mobilizado nas narrativas sobre traficantes é a ideia de uma falência do Estado na contenção dos riscos representados pelos criminosos. Está presente em trechos de reportagens como: “O ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, admitiram ontem que o tráfico ocupou o espaço de ação do Estado” (Berta *et al.*, 11/03/2006, p. 12).

Isso nos leva, ainda, a identificar o terceiro elemento dessas narrativas, o tipo de crime que potencialmente mais colocaria a população em risco, evocando a necessidade de priorizar as ações das autoridades do Estado: o crime de drogas praticado nas favelas da cidade. “Ignorou-se, neste momento, que os riscos inerentes à criminalidade não estão localizados somente nas favelas, mas também nas máfias de transportes, milícias urbanas, grupos de extermínio, policiais corruptos, entre outros” (Vianna, 2023, p. 95).

Nos anos 2010, observamos uma redução na quantidade de reportagens sobre crimes de drogas em períodos específicos, corroborando o discurso de eficiência da implementação das UPPs², promovidas pelo então governador Sérgio Cabral Filho. O apoio da imprensa à

² Para entender melhor como a imprensa noticiava as UPPs ver “Notícias da Pacificação” (Barreto, 2020).

política de segurança produzia uma percepção de queda nos índices de violência na cidade, ainda que as estatísticas sobre o crime dissessem o contrário:

No ano de 2014, quando Sérgio Cabral Filho renunciou ao mandato, pouco antes de completar oito anos como governador do Rio de Janeiro, o estado registrava aumento de 4,2% no número de vítimas de homicídio doloso, em relação ao ano anterior, além do aumento de 28,7% de vítimas de tentativa de homicídio, em comparação com o mesmo período (Balanço..., 2015). (...) No mesmo ano de 2014, entretanto, *O Globo* publicou 884 páginas com a palavra traficante, o que representa, aproximadamente, somente a metade da quantidade de matérias publicadas por ano, em média, na década anterior (Vianna, 2023, p. 121).

O que podemos observar, portanto, é que por trás dos supostos valores-notícia, a partir dos quais são selecionadas as histórias retratadas cotidianamente na imprensa, há escolhas concretas que reforçam ou reduzem a percepção sobre o fenômeno da violência urbana, produzindo medo ou restaurando a sensação de segurança entre a população. Justifica-se, desta forma, os processos violentos nos planos político, econômico e social, por meio do medo vivenciado por essas vítimas virtuais, a partir da representação de uma cidade caótica e perigosa reproduzida no discurso jornalístico.

A consequência disso são as ações violentas práticas, promovidas por agentes de segurança, em comunidades pobres do Rio de Janeiro, como as recentes chacinas praticadas no Jacarezinho³ e no Complexo da Penha (Feitoza, 02/08/2023), sob o pretexto de combater o “crime organizado” e melhorar a segurança pública para o cidadão carioca. Cabe perguntar que cidadão é beneficiado por esse tipo de política que promove morte, cerceia o direito de ir e vir e impede o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e lazer em territórios marcados por intersecções de raça, classe e gênero.

Considerações finais

As narrativas sobre crimes ligados ao tráfico de drogas de varejo, que se pratica nas favelas do Rio de Janeiro, têm servido de combustível para a defesa do punitivismo penal e justificado a ação violenta do Estado nesses territórios. Sob o manto do medo de tornar-se vítima da violência urbana, a opinião pública é instada a apoiar políticas repressivas baseadas nas incursões armadas, produzindo, como resultado, o genocídio (Nascimento, 2017; Almeida, 2019) de uma população predominantemente jovem, negra e masculina nas favelas da cidade e do estado. Além disso, a partir de meados dos anos 2010, intensificou-se a quantidade de políticos que passaram a fazer uso desse contexto para proliferar campanhas eleitorais baseadas no “populismo penal” (Roberts *et al.*, 2003).

O resultado disso foi um expressivo aumento de políticos eleitos com discursos ancorados no punitivismo no pleito de 2022, que elegeu deputados estaduais, governadores,

³ Para saber mais sobre a operação mais letal da história do Rio de Janeiro ver Mercier (08/05/2021).

senadores, deputados federais e o presidente da República. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, aproximadamente 10% dos parlamentares eram profissionais que já haviam atuado na área de segurança pública, em uma frente conhecida como “Bancada da Bala”.

É possível concluir que esse fenômeno, além de ser intrínseco à violência urbana, não pode ser dissociado de sua representação jornalística, conforme argumentamos aqui, na medida em que a maior visibilidade midiática de eventos violentos amplia a sensação de insegurança. Dessa forma, o medo da vitimização não é efeito apenas da criminalidade em si, mas da narrativa a respeito dela, que foi construída ao longo de várias décadas, conforme foi possível observar com a análise das reportagens.

Com o objetivo de identificar elementos por meio dos quais o jornalismo suscita o medo nas narrativas sobre o crime, recorreremos a pesquisas que refletem sobre essa relação, entre elas a de Leticia Matheus (2011), que reconhece a “aura de perversidade” e a constante ameaça ao futuro como fundantes de uma memória discursiva. Paulo Vaz (2009) também contribui para essa reflexão, uma vez que localiza elementos que endereçam a audiência para o lugar de vítima virtual dos crimes narrados. John Pratt (2008), por sua vez, comprovou a dissociação entre a sensação de insegurança e as taxas de violência propriamente ditas.

A partir da análise de um recorte de reportagens levantadas em nossas pesquisas, identificamos três outros elementos constituintes das narrativas sobre o medo do crime nas reportagens: o poder bélico dos traficantes, o tráfico como principal fonte de risco para a segurança pública e a incapacidade do Estado em combater esses crimes.

Antonio Carlos Ferreira Vianna é Doutor em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integra o grupo emergente “Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação” (Edital Faperj/2019) e coordena a comunicação do Hospital Federal da Lagoa (HFL).

Carla Baiense Félix é Professora Associada do Departamento de Comunicação Social, vinculado ao Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS), da UFF. Pesquisadora e docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Lidera o grupo de pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais (CNPq 2014). Integra o grupo emergente “Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação” (Edital Faperj/2019). É doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. p. 264.
- ARAÚJO, Vera; WERNECK, Antônio. Um morro minado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2011. Rio, p. 17.
- BARRETO, Pedro. **Notícias da pacificação**: outro olhar possível sobre uma realidade em conflito. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.
- BERTA, R.; DE CÁSSIA, C.; ENGELBRECHT, D. A Batalha da Providência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2006. Rio, p. 12.
- BIRMAN, Joel. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: FREIRE FILHO, João (Org.). **Ser feliz hoje**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- COSTA, A. C. Cidadela do tráfico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jun. 2010. Rio, p. 17.
- FELIX, Carla Baiense, **Territórios proibidos**: a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.
- FEITOSA, Lucas. Chacina na Vila Cruzeiro no CPX da Penha na manhã de hoje (02) deixa dez mortos e três feridos. **Voz das Comunidades**, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/operacao-policia-panico-na-vila-cruzeiro-no-complexo-da-penha/>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 1. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. p. 476.
- MARINATTO, L.; TORRES, A. C.; WERNECK, A. Ano mal começou e já tem PM morto, em São Gonçalo. **O Globo**, 4 jan. 2018. Rio, p. 10.
- MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do Medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- MERCIER, Daniela. Polícia insiste em criminalização de vítimas de massacre do Jacarezinho, mas recua sobre 29ª morte. **El País**, Brasil, 8 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-08/mortos-na-chacina-do-jacarezinho-sobem-para-29-e-policia-insiste-na-criminalizacao-de-vitimas-sem-provas.html> Acesso em 2 ago. 2023.
- MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 4. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2017.
- PEREIRA, Pedro Barreto. **Notícias da pacificação**: um outro olhar possível sobre uma realidade em conflito. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.
- PRATT, John. When Penal Populism Stops: Legitimacy, scandal and the power to punish in New Zealand. **Australian and New Zealand Journal of Criminology**, v. 41, n. 3, p. 364-383, 2008.
- ROBERTS, Julian V. *et al.* **Penal Populism and Public Opinion**: lessons from five countries. Nova York: Oxford University Press, 2003.

VAZ, Paulo. **Vítima virtual e mídia**. Surveillance in Latin America. Vigilância, Segurança e Controle Social. Curitiba: PUCPR, 2009.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário do crime. In: XV Encontro Anual da Compós, 2006, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: Unesp, 2006. p. 68-82.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. **Revista Contracampo**, n. 25, dez de 2012. Niterói: Contracampo, 2012. p. 24-42.

VIANNA, Antonio Carlos Ferreira. **Da celebridade ao anonimato**: a relação entre o populismo penal e uma outra abordagem sobre o traficante em O Globo. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF. Niterói, 2023.

WERNECK, Antônio. Um roubo explosivo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Rio, p. 10.

Como citar:

VIANNA, Antonio Carlos Ferreira; FÉLIX, Carla Baiense. O medo na imprensa: Como o jornalismo ajudou a justificar ações violentas do Estado nas favelas do Rio. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 5, n. 5.1, p. 18-30, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>